

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

FELIPE SURIS KOKOT

CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO: UMA RESPOSTA AO CETICISMO

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

**CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO:
Uma resposta ao ceticismo**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia, pelo Curso de Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre

2024

FELIPE SURIS KOKOT

Ficha Catalográfica

K79c Kokot, Felipe Suris

Contextualismo epistêmico : uma resposta ao ceticismo / Felipe Suris Kokot. – 2025.

57.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida.

1. Evidência. 2. Justificação. 3. Contextualismo. 4. Ceticismo. 5. Falibilismo. I. de Almeida, Claudio Gonçalves. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

**CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO:
uma resposta ao ceticismo**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia, pelo Curso de Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Metafísica e Epistemologia

Aprovada em ____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Rangel Guimarães

Prof. Dr. Tiegue Vieira Rodrigues

RESUMO

Esta dissertação explora a teoria do contextualismo epistêmico de Stewart Cohen. Em particular, como a teoria se sai como uma tentativa de solução para os principais paradoxos céticos que atualmente representam um problema para a perspectiva falibilista na epistemologia. Para começar, a dissertação apresenta uma visão geral introdutória do cenário epistemológico imediatamente anterior às primeiras publicações contextualistas. Esta visão geral consiste em uma análise muito breve do caso das Zebras de Fred Dretske e dos quebra-cabeças céticos nele contidos, seguido por um breve resumo das condições históricas necessárias para o conhecimento, com ênfase no paradigma evidencial e limiar evidencial, bem como em como eles podem se relacionar com a visão falibilista e o caso de Dretske. A dissertação então explora brevemente o contextualismo Lewisiano em uma tentativa de demonstrar a potência que objeções céticas podem e também tentando colher alguns insights que podem apoiar melhor uma perspectiva contextualista sobre justificação e evidência. Posteriormente, a dissertação busca introduzir a teoria contextualista por meio de alguns de seus cenários motivadores mais famosos: o caso do aeroporto, o caso do banco e o caso do estacionamento. Em seguida, o texto explora as particularidades da teoria de Cohen por meio da maneira como ela resolve esses quebra-cabeças céticos. Ele faz isso examinando a visão do contextualista sobre evidência e justificação, sua proposta para uma mudança no paradigma evidencial, as razões pelas quais os contextos podem mudar e como o cético busca tirar vantagem de uma negligência histórica do papel do contexto no conhecimento para argumentar em favor do ceticismo. Por fim, a dissertação exhibe as respostas de Cohen a algumas objeções, a saber: a objeção da cegueira semântica, a objeção da gradatividade/gradabilidade, a objeção que vincula conhecimento e afirmação e a objeção sobre contextualismo e raciocínio prático. Posteriormente, a dissertação elabora sobre a própria resposta e objeções de Cohen à principal teoria contextualista concorrente.

Palavras-Chave: Evidência, justificação, contextualismo, ceticismo, falibilismo

ABSTRACT

This dissertation explores Stewart Cohen's theory of epistemic contextualism. In particular how the theory fares as an attempted solution to key skeptical paradoxes currently posing a problem for the fallibilist perspective in epistemology. To start, the dissertation presents an introductory overview of the epistemological landscape just prior to the first contextualist publications. This overview consists of a very brief analysis of Fred Dretske's Zebra case and the skeptical puzzles therein, followed by a short summary of the historical conditions for knowledge, with an emphasis on the evidential paradigm, evidential threshold as well as to how they might relate to the fallibilist view and Dretske's case. The dissertation then briefly explores Lewisian contextualism in an attempt at demonstrating the potency of the skeptical objections can have to a theory and also by attempting to glean a few insights that might better support a contextualist outlook on justification and evidence. Subsequently, the dissertation seeks to introduce the contextualist theory through a couple of its most famous motivating scenarios: the airport case, the bank case and the parking lot case. Then, the text explores the particularities of Cohen's theory through the way it resolves these skeptical puzzles. It does this by going over the contextualist's view on evidence and justification, its proposal for a shift in evidential paradigm, the reasons why contexts can shift and how the skeptic seeks to take advantage of a historical overlooking of the role of context in knowledge to argue in favour of skepticism. Lastly, the dissertation displays Cohen's replies to a few objections, namely: the semantic blindness objection, the gradativity/gradability objection, the objection linking knowledge and assertion and the objection regarding contextualism and practical reasoning. Subsequently, the dissertation elaborates on Cohen's own reply and objections to the chief competing contextualist theory.

Palavras-Chave: Evidence, justification, contextualism, skepticism, fallibilism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO CONTEXTUALISMO	7
2 A PROBLEMÁTICA CÉTICA INICIAL.....	10
2.1 O CONTEXTUALISMO DE LEWIS	12
2.2 CONCLUSÃO SOBRE A TEORIA DE LEWIS	19
3 O CONTEXTUALISMO DE STEWART COHEN	21
3.1 EXEMPLO DO AEROPORTO..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3.2 O PROBLEMA DO CÉTICISMO	25
3.3 O CASO DO BANCO	27
3.3.1 O caso do banco, cenário B	27
3.4 EXEMPLOS SEGUNDO O PARADIGMA EVIDENCIAL INFALIBILISTA...	28
3.5 EXEMPLOS SEGUNDO A ANÁLISE CONTEXTUALISTA E UM PARADIGMA VARIANTISTA PARA FALIBILISTAS.....	31
3.6 O PARADOXO CÉTICO.....	33
4 O CONTEXTUALISMO	37
4.1 DEFINIÇÃO CONTEXTUALISTA DO CONHECIMENTO	37
4.2 A MUDANÇA CONTEXTUAL.....	38
5 CRÍTICAS AO CONTEXTUALISMO	40
5.1 A OBJEÇÃO DA CEGUEIRA SEMÂNTICA	40
5.2 A OBJEÇÃO DA 'GRADATIVIDADE'	42
5.3 A OBJEÇÃO DE HAWTHORNE: O ELO ENTRE CONHECIMENTO E ASSERÇÃO.	44
5.4 A OBJEÇÃO DE HAWTHORNE: RACIOCÍNIO PRÁTICO	46
6 A OBJEÇÃO DE COHEN A ISS	48
7 O CONTEXTUALISMO E O PROBLEMA DA LOTERIA.....	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 INTRODUÇÃO AO CONTEXTUALISMO

Em Epistemologia, a definição histórica do que é necessária para ‘conhecer’ algo se baseia em três estipulações fundamentais: que o que se pretende saber é verdadeiro, que haja evidência justificando o que se pretende conhecer, e que se creia no que se pretende conhecer. A primeira e terceira condição aparentam ser incontroversas: para que se conheça algo é necessário, no mínimo, crer que esse algo é verdadeiro. O mesmo não pode ser dito da segunda. O quão justificado S precisa estar para saber ‘P’? Sua justificação precisa ser infalível? Comprovar o que se pretende conhecer além de qualquer dúvida razoável? Ou precisa simplesmente probabilizar aquilo que se pretende saber? E ademais, se a força evidencial for em qualquer grau menor do que absoluta e certa, onde se encontraria esse limiar? Seria ele fixo? Ou poderia variar, dependendo do que se pretende saber? Talvez até mesmo sofrendo influências de fatores não propriamente epistêmicos?

A resposta tradicional da área a essa linha de questionamento foi por muito tempo a de que justificação suficiente para conhecer é aquela que não pode estar errada. Evidência suficiente para crer é aquela que conecta o agente epistêmico diretamente com a verdade da proposição e afasta toda e qualquer possibilidade de erro. Essa tese nomeada de infalibilismo foi a explicação ‘padrão’ na área durante grande parte de sua história até que, no século 20, perde seu papel protagonista para uma teoria que busca flexibilizar os critérios evidenciais. Essa tese é nomeada de falibilismo, pois assevera que, para conhecer, o agente precisa somente probabilizar o que se pretende saber.

Essa mudança coloca o holofote novamente sobre o nível justificatório necessário para conhecer. Em uma teoria infalibilista, esse nível permanece no máximo padrão possível. Sobre esta perspectiva, a procura é pelos métodos capazes de assegurar a verdade da crença, uma tipificação de evidência de estirpe diferente que possa providenciar a tão almejada conexão infalível com a verdade. Logo, grande parte do trabalho da epistemologia de perspectiva infalibilista foi, e em alguns casos

ainda é, expandir a quantidade extremamente limitada de caso de conhecimento infalível que o agente epistêmico possui à sua disposição¹

Porém, nessa mudança de um paradigma para outro, flancos outrora tidos como seguros se abrem. Problemas tidos como resolvidos, ou como motivadores de uma visão infalibilista pelos antigos, retornam com força total, oriundos do ceticismo antigo e resgatados por céticos na atualidade para servir de objeção à tese de que evidência suficiente é aquela que probabiliza a verdade da proposição em vez de garanti-la.

Esta dissertação examina a teoria contextualista de Stewart Cohen (como ponte entre a mudança contextualista de uma epistemologia tradicional feita por filósofos como Fred Dretske e Gail Stine, e uma epistemologia falibilista contemporânea. Os objetivos da dissertação são: Contextualizar a teoria, apresentando os principais problemas céticos que a mudança de paradigma quanto a evidência faz surgir a partir do seminal artigo ‘Epistemic Operators’ de Fred Dretske. Apresentar os problemas céticos fundamentais resgatados por Dretske, suas implicações para o falibilismo e as tentativas de Cohen de solucioná-los com sua teoria. Analisar a teoria do autor em si, suas particularidades e propostas de solução. E por fim comparar a resposta contextualista de Cohen com a de seus principais críticos, discorrer sobre algumas seletas objeções deles a teoria do autor com um breve adendo à principal teoria competidora oferecida por um de seus principais críticos, John Hawthorne.

Primeiramente a dissertação demonstra como a mudança de paradigma da tradição infalibilista para uma tradição falibilista, no que se refere à critérios para

¹ Os tipos de justificação infalíveis são poucos e qualitativamente diferentes da justificação oferecida em situações mais casuais. Por exemplo: por mais que alguém veja um barco ancorado na areia de uma praia e uma sequência de pegadas levando do barco até o bar ali perto, é impossível dizer infalivelmente que alguém ancorou seu bote ali e andou até o bar. A possibilidade de que é um set de filmagem com pegadas artificialmente modeladas na areia ou que é uma cena deliberadamente encenada por alienígenas permanece, por mais que infinitesimalmente(improvável/pouco provável) pequena. Não importa se chamamos um detetive que endossa a tese de que as pegadas foram deixadas ali por um homem de altura e porte médio. Esse tipo de justificação continua falível.

padrões de justificação, falha em explicar certos casos em que intuições igualmente atraentes entram em conflito. A pesquisa demonstra como esse entrave cético pode ser extremamente potente e abrangente estudando a resposta de David Lewis ao problema, abstraindo de sua teoria as linhas gerais que uma teoria contextualista parece ter de seguir.

Em seguida, a dissertação discorre sobre o trabalho de Cohen propriamente, introduzindo a problemática do contextualismo epistêmico com o caso do aeroporto juntamente com o caso do banco e do estacionamento/caso cético generalizado. Trazendo imediatamente no capítulo seguinte as especificações da teoria contextualista em si, a proposta variantista da semântica do termo ‘conhecer’, as mecânicas de mudança contextual e a influência da saliência de erro.

O 4º capítulo, então, se ocupa das críticas feitas ao contextualismo de Cohen: a objeção da cegueira semântica, a objeção da gradatividade, a objeção da razão prática e a objeção da asserção. Em seguida, uma 5ª seção é dedicada para análise das respostas de Cohen à seus detratores, bem como uma breve discussão sobre como os detratores contextualistas de Cohen creem poder resolver suas objeções com uma outra teoria contextualista, incidentemente, a que mais disputa terreno teórico com a teoria contextualista de Cohen.

Por fim veremos as considerações finais encerrando o trabalho: como a explicação contextualista permanece a melhor alternativa ao ceticismo sob a perspectiva falibilista, como sua adoção, ainda que possua um custo teórico inerente, especialmente no que diz respeito à objeção da cegueira semântica, oferece uma explicação rica e detalhada sobre como atribuições de conhecimento parecem funcionar, tanto no dia a dia quanto em padrões acadêmicos mais altos.

2 A Problemática Cética Inicial

O caso do zoológico apresentado por Dretske (1970) em seu artigo ‘Epistemic Operators’ exemplifica bem o problema do limiar evidencial e como ele aflora na mudança do paradigma histórico para o paradigma moderno. O exemplo contém todos os elementos que o cético utiliza contra a tese de que um limiar evidencial falível é suficiente para conectar o agente ao conhecimento.

Nele, Dretske coloca um problema para a tese do fecho epistêmico. O autor contesta a passagem de conhecimento de premissas para conclusões em casos de implicação por meio de seu experimento mental: o caso das mulas disfarçadas de zebras. Onde Dretske demonstra como reações instintivas a casos de conhecimento de senso comum se mostram contraditórias.

Dretske (1970, pg. 1015-1016) descreve o problema da seguinte maneira: Imagine que estamos em um zoológico, observando a área de savana, onde zebras se encontram enclausuradas. Sabemos que estamos observando zebras. Que estão na nossa frente, pastando dentro da área claramente denominada de ‘Zebras’. Observamos por algum tempo, até que um pensamento inesperado surge. “Se sabemos que os animais que estamos observando são zebras então sabemos que esses animais não são mulas disfarçadas de zebras”. À primeira vista, parece que sim, afinal, serem zebras implica que os animais não são mulas habilidosamente disfarçadas de zebras. Ainda assim, nossa evidência, que nos levou a dizer que os animais que vemos à nossa frente são zebras, parece ser compatível também com a conclusão de que são mulas disfarçadas de zebras e não zebras propriamente ditas. Pois se fosse o caso que são de fato mulas habilidosamente disfarçadas de zebras, a evidência oferecida seria a de que vemos zebras. Nossa evidência, então, parece ser menos decisiva do que pensávamos originalmente quando a situação nos é colocada nesses termos.

Dretske (1970, pg 1016-1019) usa desse caso para argumentar que o fecho de implicação não transmite status epistêmico, conhecimento por outras palavras, por implicação. No intuito de resolver o caso, o autor sugere uma teoria que nomeia de ‘alternativas relevantes’. Argumentando que, ainda que a evidência de ver animais

que parecem zebras não sirva para distinguir entre essa alternativa e a alternativa de que não são mulas disfarçadas de zebras, que parece necessariamente ser implicada implicada pela primeira alternativa. Ainda que isso seja verdade, essa segunda afirmação não seria ‘relevante’ a ponto de ser considerada.

Ainda assim, as definições de relevância na teoria de Dretske permanecem opacas. Da mesma maneira, as causas que ocasionam em uma alternativa ganhar ou perder em relevância bem como uma definição sólida da relevância em si mesma permanecem relativamente obscuras na teoria do autor². **(CITAR THE PRAGMATIC DIMENSION OF KNOWLEDGE NOTA DE RODAPE)**

Falibilistas e infalibilistas ambos parecem sofrer perdas extremas quando esse tipo de raciocínio entra em jogo. Ainda que grande parte da comunidade epistêmica contemporânea tenha aderido ao falibilismo citando a quantidade ínfima de conhecimento infalivelmente justificado disponível ao infalibilista, se não solucionado, o problema cético subjacente ao caso do zoológico promete impor a mesma restrição no escopo de conhecimento aos adeptos do falibilismo.

No entanto, talvez, a resposta para esse entrave cético ao conhecimento evidencial seja unicamente obtida por linhas falibilistas. O que uma análise da tentativa de resolução feita por Lewis, um dos grandes defensores do infalibilismo, parece sugerir.

A maior conclusão que esta dissertação busca obter da tentativa Lewisiana de contextualismo é mostrar a força que esta ideia cética possui, e como se não claramente respondida, parece condenar a vasta maioria do que se pensa saber. Ademais, a dissertação busca traçar um paralelo entre as tentativas contextualistas de Lewis com a de Cohen, no sentido de examinar as condições básicas necessárias para uma teoria contextualista.

Segundo Lewis, o conhecimento precisa, por definição, ser infalível: “Se você alega que S sabe que P, mas ainda concede que S não consegue eliminar uma certa possibilidade em que não-P, certamente parece como se você garante que S na

² Dretske elabora as condições e definições de relevância em “The Pragmatic Dimension of Knowledge”(DRETSKE, 1981)

realidade não sabe que P.” (LEWIS, 1996, Pg 549). (Observar vaga-lume, usar outra expressão)

O que aplicado ao exemplo de Dretske: ‘se você alega que o que você está vendo no zoológico são zebras, certamente é porque sua evidência eliminou a possibilidade de que são mulas pintadas de zebras. Caso você não saiba que não são mulas pintadas de zebras então parece estranho dizer que você sabe que são zebras, quando sua evidência não consegue eliminar a possibilidade oposta.

A alternativa cética, análoga a de que: ‘mulas foram pintadas de zebras’, nunca pode ser eliminada pela evidência, porém o projeto de Lewis inclui não somente regras instruindo como eliminar certas alternativas mas também como realizar o que o autor chama de ‘ignorância apropriada’ de certas alternativas. Alternativas estas que incluem os casos problema e objeções céticas.

Com esta série de regras o autor pretende dar ao ceticismo o seu devido reconhecimento em situação em que alternativas céticas são relevantes e.g. possibilidades impossíveis de ignorar (segundo as regras da ignorância apropriada), e ainda afirmar que temos conhecimento em situações diárias, em que estas mesmas possibilidades não são salientes ou presentes.

Porém, a definição de conhecimento Lewisiana parece necessitar de mais etapas para realmente explicar as razões pelas quais hipóteses céticas tornam-se ou não salientes. Da maneira como o autor formula a teoria, o conhecimento faz como um vagalume, atribuindo ou não conhecimento de uma maneira vaga. Tornando a atribuição de conhecimento em si uma tarefa sem muito valor, ainda que as regras de Lewis tocante as quais possibilidades que podemos ignorar apropriadamente tentem resguardar o sentido da atribuição.

2.1 O Contextualismo de Lewis

Lewis começa o artigo afirmando o seguinte: ‘Sabemos muitas coisas. Sei que comida pinguins comem (...) Sei que Essendon ganhou o Grand Final de 1993. Sei

que aqui há uma mão, e aqui, outra.’ (LEWIS, 1996 pg. 549) O autor contrasta sua compreensão do que é conhecimento em contextos habituais, com seu estudo do conhecimento em Epistemologia

Em outras palavras, Lewis admite aqui sua preferência por uma abordagem infalibilista. Para o autor, o conhecimento precisa estar infalivelmente justificado para merecer esse nome, ou em outras palavras, só podemos saber algo se nossa justificação for suficientemente potente a fim de prevenir todas as possibilidades de que posso estar errado quanto a esse algo.

Esta posição não é muito popular em epistemologia contemporânea, apesar de ter sido a tese central da área por grande parte de sua história. Se o conhecimento tem de ser infalível, como explicar nossas asserções em nosso dia-a-dia? Pensamos ter conhecimento em nossa vida diária, agimos como se isso fosse o caso e não duvidamos sobre possibilidades de erro de nossa justificação³. Fosse o caso que conhecimento necessita de justificação infalível, teríamos de jogar fora todos esses casos do que alegamos saber no nosso dia-a-dia, visto que a evidência disponível para nós nestes casos somente probabiliza aquilo que alegamos saber.

Ou descartamos o Infalibilismo e preservamos o que mais intuitivamente dizemos saber, ou perseveramos e caímos no ceticismo quanto a grande parte do que acreditávamos saber.

Lewis reconhece esse dilema: “Então sabemos muitas coisas; conhecimento precisa ser infalível; ainda assim temos conhecimento falível ou não temos conhecimento (ou próximo de nenhum conhecimento) Estamos presos entre a pedra do falibilismo e o redemoinho do ceticismo. Ambos são loucos!” (LEWIS, 1996, pg. 550)

Digno de passagem é que a maior parte da epistemologia vê o falibilismo menos como uma ‘pedra’, como Lewis fala, e mais como uma evolução natural para dar conta do estudo de casos de conhecimento do dia-a-dia. Lewis mantém-se fiel ao

³ [2] Hipóteses céticas que derrotam a justificação. Gênios malignos, sonhos, situação de cérebros em cuba.

infalibilismo, certamente pois pretende a criação de uma maior sistema filosófica englobando outras de suas teorias sobre epistemologia, linguagem e outras áreas da filosofia. Ele apela para noções intuitivas do que o conhecimento deve ser: “Se você é um falibilista satisfeito, eu lhe imploro que seja honesto, seja ingênuo, ouça de novo. ‘Ele sabe, mas ainda não eliminou todas as possibilidades de erro’. Mesmo que você tenha acostumado suas orelhas a ele, esse falibilismo claro e explícito não soa errado? (LEWIS, 1996, pg. 550)

É no intuito de esquivar-se do dilema falibilismo-ceticismo colocado por sua adesão partidária ao infalibilismo que Lewis cria sua teoria. É um fato interessante pois Cohen formula sua teoria contextualista justamente no sentido oposto, apontando a necessidade da adoção de seu contextualismo para todos aqueles que gostariam de dizer-se partidário do falibilismo (COHEN, 1988). Logo, o contextualismo epistêmico não é necessariamente um movimento infalibilista ou falibilista. O que liga ambas teorias entre si são intuições quanto a dependência contextual, para além de suas respostas ao paradoxo de implicação primeiramente elencado por Dretske.

Lewis prossegue, afirmando que sua teoria pode ‘esquivar’ da escolha entre falibilismo ou ceticismo, ainda que acabe por passar muito perto de ambos. O autor apresenta a ideia central de seu contextualismo: “Talvez sabemos muitas coisas em nossa vida diária; mas talvez quando observamos o nosso conhecimento com atenção, ele desaparece. Mas somente quando examinamos ele com mais atenção do que os sons fazem em suas vidas habituais;” (LEWIS, 1996, pg. 550)

O postulado de Lewis é que o conhecimento é destruído quando examinado de maneira exageradamente rigorosa, como acontece em contexto de investigação filosófica. Segundo o autor, a Epistemologia destruiria seu próprio objeto de estudo pela rigorosidade de seu questionamento, no entanto, quando não examinadas, premissas do dia a dia são sim conhecimento, logo a compulsão intuitiva de declará-las como tal.

Lewis descreve, mecanicamente, como uma visão contextualista desse tipo opera. No intuito de demarcar seu contextualismo de outros, o autor exemplifica os princípios contextuais presentes na obra de outros autores como DeRose e Cohen. Para ambos, e como Lewis descreve em seguida, atribuições de conhecimento são contexto dependentes pois os parâmetros que a justificação precisa cumprir para

epistemizar premissas são em si dependentes do contexto do atribuidor⁴. Então, como justificação é o fator chave para epistemizar a crença e obter conhecimento, o conhecimento em si acaba por ser contextualmente determinado.

Para Lewis, esta visão de dependência contextual está errada. O autor não crê que a ‘marca do conhecimento é justificação’ (Lewis, 1996, pg. 551). Como evidencia o autor se refere ao problema da loteria⁵. Segundo Lewis: ‘

A sua opinião verdadeira de que você irá perder a loteria não é conhecimento, quaisquer que sejam as chances. Suponha que você sabe que é uma loteria justa com um bilhete vencedor e muitos bilhetes perdedores, e que você sabe quantos bilhetes perdedores existem (...). No entanto, não há quantidade suficiente de bilhetes para transformar a sua opinião falível em conhecimento- pois no fim das contas, você pode acabar ganhando.’ (LEWIS, 1996, 551)

Aqui, o autor adentra em uma problemática teórica altamente debatida. Isso acaba por alargar o escopo do seu artigo, necessitando de mais definições, mais suposições de fundo e menos legibilidade. Lewis pretende usar da problemática da loteria para comprometer o papel da justificação no conhecimento. Sozinha esta já é uma tese complexa de ser defendida, que poderia possuir um artigo. Para aqueles poucos infalibilistas que já adentraram com Lewis na aventura contextualista, o problema da loteria é pois um detalhe, para aqueles que ainda receiam em função do custo teórico inicial do infalibilismo comprometer a justificação só fará com que caiam em ceticismo, ao invés de adotarem o infalibilismo contextual de Lewis.

Mesmo que o falibilista conceda que justificação não é suficiente para o conhecimento, certamente o espírito da teoria ainda o motivaria a procurar justificar a força intuitiva de casos de conhecimento habituais.

Retornemos à afirmação de Lewis citada anteriormente. A quantidade de bilhetes, tanto vencedores quanto perdedores, equivale à justificação capaz de

⁴ COHEN, Stewart. Ascriber Contextualism. In: GRECO, John (Ed.). Oxford Handbook of Skepticism. Oxford University Press, 2008, p. 417-436

⁵ HAWTHORNE, John. 2003 ‘Knowledge and Lotteries’ para uma análise rica e detalhada sobre o assunto.

epistemizar a crença de que S ganhará a loteria. O autor afirma que não obstante a força da justificação de S, o número de bilhetes, ela não será suficiente para epistemizar a crença de que S sabe que perderá a loteria, pois S pode acabar ganhando.

O movimento feito por Lewis parece claramente infalibilista. Para o filósofo, contanto que haja a possibilidade de se estar errado, por mais mínima que seja esta possibilidade, S não pode dizer que sabe que perderá a loteria. Nisto, Lewis é internamente consistente em sua aderência ao infalibilismo. A perda de grande parte do conhecimento é uma consequência natural dessa posição defendida pelo autor, pois ainda que a justificação do infalibilista seja infalível, a quantidade de alegações de conhecimento que aderem aos padrões desejados pelo falibilismo é muito pequena. Muito menor do que aquilo que creemos saber intuitivamente⁶.

Mas para a partir disso, então, concluir que a justificação, em si, é insuficiente parece um movimento um tanto quanto controverso. Não seria o fato da posição do autor demandar um grau excessivo de força justificativa para a epistemização da crença um argumento justo para dizer que a demanda em si é excessiva? O que dizer então dos casos diários de conhecimento e da pulsão que exercem? Não seria o fato de que diariamente cremos saber coisas com muito menos evidência do que temos no caso da loteria suficiente para dizer que sabemos que vamos perder lá? Qual a diferença essencial de um para o outros? Afinal, há possibilidades céticas de erro na vida real também. Torres distantes em dias quentes, sonhos vividos, relógios parados. Lewis não diz aqui nada de novo a fim de tornar o infalibilismo mais aceitável, logo sua teoria herda a característica extremamente restritiva de nicho que o princípio possui.

É por conta de seu infalibilismo, ou melhor, da insuficiência da justificação frente uma visão infalibilista, que Lewis procura um método diferente que possa explicar como temos conhecimento em um contexto diário, e por quais razões

⁶ De maneira similar a Lewis, DeRose baseia seu contextualismo em princípios externalistas e.g. tomando como princípio base a rejeição da análise tradicional de justificação. No entanto, de maneira oposta a Lewis, sua leitura não requer a subscrição ao infalibilismo (DEROSE, Keith. 1992)

podemos perdê-lo quando o examinamos com mais atenção em contexto de investigação filosófica.

Agora fica a questão. Lewis pretende sanar uma das maiores deficiências do infalibilismo: a quantidade extremamente restrita de crenças verdadeiras justificadas, cuja justificação epistemiza infalivelmente a crença. Será possível sanar esse aspecto do infalibilismo somente resgatando uma possível dimensão de sensibilidade contextual ao conhecimento? Lewis crê que sim, ou melhor, argumenta que a relação até então ignorada entre justificação e contexto pode resolver o problema. Em outras palavras, aumentar a quantidade de conhecimento disponível ao infalibilista.

O contextualismo é o reconhecimento de que, em diferentes contextos, pessoas com a mesma evidência sentem-se, ou não, confortáveis em atribuir conhecimento baseado nessa mesma evidência⁷. O que diferencia o contextualismo de, digamos, uma movimento relativista que acaba levando ultimamente ao ceticismo, é a relativização específica da definição de justificação, e não da definição de conhecimento em si. Uma coisa é dizer que a justificação é relativa, outra, o conhecimento, e por mais que a primeira abordagem possua críticas⁸ o relativismo quanto à justificação ainda assim é muito menos abrangente do que aquele atribuído ao conhecimento. O primeiro postula que não somos plenamente cientes de fatores contextuais variantes na justificação. É difícil ver como o segundo pode evitar o eventual alargamento desta relativização para um ceticismo generalizado quanto ao conhecimento.

Se Lewis busca quebrar a conexão entre justificação e conhecimento, ao menos em um âmbito contextualista ela precisa encontrar uma estrutura que dê conta de explicar as mecânicas de mudança contextual, ou arriscar ver seu projeto afundar na auto declarada Caríbdis cética.

⁷ Ver COHEN (2008) para uma boa exemplificação de sujeitos com mesma evidência atribuindo ou não conhecimento dependendo de seu contexto.

⁸ Críticas ao contextualismo de diversos tipos são bem elencadas por (STANLEY, 2004)

Com tudo isso em mente, o que afinal é a definição de conhecimento para Lewis? E quais as mecânicas que explicam as mudanças contextuais? ‘Sujeito S sabe proposição P se e somente se P é verdadeiro em toda possibilidade não eliminada pela evidência de S; equivalentemente, se e somente se a evidência de S elimina toda a possibilidade em que não-P.’ (LEWIS, 1996 pg. 551) Com essa definição Lewis busca obter uma relação diferente com as propriedades contexto sensíveis em sua teoria.

Segundo o autor, uma possibilidade não eliminada é uma possibilidade que corresponde à situação em que todas as experiências perceptuais e memoriais de S são iguais às do momento presente. Do mesmo modo, para Lewis, ‘todos’ é um quantificador que ignora certas possibilidades por estarem fora de seu domínio contextual. O regramento dessa ‘desconsideração’ de possibilidade é o que irá pautar seu contextualismo e o que força o autor a adicionar o que ele chama de *sotto voce proviso* (cláusula em voz baixa):

“S sabe que P se e somente se sua evidência elimina toda possibilidade em que não-P - Psiu! - exceto àquelas possibilidades que estamos propriamente ignorando.” (LEWIS, 1996, pg. 554)

Lewis introduz certas regras que ditam quando uma possibilidade pode ou não ser apropriadamente ignoradas. No entanto, estas regras em si são contextualmente determinadas. As regras são divididas entre regras proibitivas, que determinam se ou não possibilidades podem ser apropriadamente ignoradas, e regras permissivas que determinam quais possibilidades podem ser apropriadamente ignoradas (RODRIGUES, 2011). As regras proibitivas são:

A Regra da Atualidade: Toda possibilidade atual não pode ser apropriadamente ignorada. (LEWIS, 1996, pg. 554)

A Regra da Crença: Uma possibilidade que o sujeito crê obter não pode ser apropriadamente ignorada (LEWIS, 1996, pg. 555)

A Regra da Semelhança: Suponha que uma possibilidade se assemelha a outra de forma saliente. Então se uma não pode ser apropriadamente ignorada, também a outra não poderá. (LEWIS, 1996, pg. 556)

As regras permissivas:

A Regra da Confiabilidade: Em processos geralmente confiáveis, como percepção, memória e testemunho, a possibilidade de que eles falhem pode ser apropriadamente ignorada. (LEWIS, 1996, pg. 558)

A Regra do Método: Podemos pressupor que uma amostra é representativa do todo; e que a melhor explicação da nossa evidência é a explicação verdadeira. Podemos ignorar apropriadamente possíveis falhas no método indutivo e abdutivo. (LEWIS, 1996, pg. 558)

A Regra do Conservadorismo: Suponha que aqueles ao redor de nós normalmente ignoram certas possibilidades, e isso faz parte do senso comum. Somos permitidos, de maneira derrotável, adotar essas suposições usuais e mutuamente esperadas daqueles em volta de nós. (LEWIS, 1996, pg. 559)

A Regra da Atenção: Quando dizemos que uma possibilidade é apropriadamente ignorada, queremos dizer exatamente isso. Da mesma maneira, uma possibilidade não ignorada de forma alguma é *ipso facto* não ignorada apropriadamente. (LEWIS, 1996, pg. 559)

2.2 Conclusão sobre a teoria de Lewis

O objetivo desta dissertação na introdução da teoria de Lewis é exemplificar o quão potente a dúvida cética pode ser. E o quão importante a definição de regras sólidas que explicam a mudança contextual é na luta contra a compulsão intuitiva do argumento cético.

A taxonomia da teoria é por vezes redundante em algumas regras, por admissão própria do autor (LEWIS, pg 559 1996). Ou ainda, tenazmente opaca em aspectos cruciais, como as regras da ignorância apropriada nos casos em que o autor menciona as possibilidades que pretende ignorar, tornando-as assim impossíveis de serem ignoradas apropriadamente.

Na teoria de Lewis, falta clareza sobre os contextos em que estas alternativas céticas podem ser ignoradas. Suas intuições são boas, porém, faltam termos que

possam tornar tais intuições de relevância e mudança contextual inteligíveis. Seja qual for o contexto.

Lewis crê que ao adotar o falibilismo, ou ao menos aceitar o conhecimento falível em casos que a alternativa cética está sendo ignorada, o entrave cético pode ser ultrapassado. Possibilidades de erro que contam como relevantes mudam de acordo com o contexto, portanto, o infalibilista pode seguir aderindo a um infalibilismo em contexto de grande demanda justificatória, e conciliar estas ações com sua atitude em ambientes de baixa demanda justificatória, visto que nestes últimos as possibilidades de erro consideradas céticas não são relevantes. No entanto, pela admissão do próprio autor (LEWIS, pg 566 1996), o problema cético persiste mesmo nessas situações. O cerne do erro de Lewis parece estar na perspectiva que a possibilidade cética possa ser apropriadamente ignorada. A alternativa demanda a atenção em qualquer contexto em que esteja presente e Lewis não possui a taxonomia para descrever com clareza o impacto que tal alternativa tem em agentes epistêmicos.

É mérito de outros contextualistas, incluindo Cohen, expandir a visão contextualista na forma de um maior detalhamento e clareza na terminologia teórica. Em que os fatores que contribuem para a mudança contextual são mais claros, que explique o apelo intuitivo de objeção cética, e que no geral elucide as razões pelas quais as alternativas céticas parecem sempre serem relevantes.

3 O CONTEXTUALISMO DE STEWART COHEN

A teoria de Cohen (1988) é uma tentativa de endossar o novo paradigma evidencial, o paradigma falibilista que precisa explicar onde exatamente o limiar que torna atribuições de conhecimento verdadeiras está, elucidar o que no argumento cético o torna tão intuitivamente persuasivo e por fim oferecer uma solução pertinente que explique as duas pulsões intuitivas aparentemente contraditórias entre o cético e o que o falibilista adepto do novo paradigma diz ser conhecimento.

Inspirada na teoria das alternativas relevantes inaugurada por Dretske, Cohen formula sua ideia a fim de oferecer uma solução própria aos argumentos céticos e tentar oferecer uma explicação mais detalhada para a dimensão contextual presente na teoria das alternativas relevantes. Basicamente, Cohen argumenta que as atribuições de conhecimento feitas nesses casos céticos mudam o contexto da atribuição sorrateiramente, que o cético ignora o que o autor argumenta ser a dimensão contextual de toda e qualquer atribuição de conhecimento.

A proposta do autor é de que, para a adoção de um novo paradigma evidencial, aquele em que a posição específica do limiar que a força evidencial precisa alcançar importa, é necessário reconhecer a dimensão contextual em atribuições de conhecimento. Contextos estes que variam de acordo com alguns fatores chaves nas circunstâncias de atribuidores de conhecimento.

É essa falta de clareza no que constitui uma mudança contextual, o que torna uma alternativa relevante, ou possível de ignorar nos termos que perplexa a teoria de Lewis, que é explorada pelo cético para levar todo e qualquer atribuidor a uma situação de contradição. O cético comete um erro quando conclui, nos altíssimos padrões impostos por suas dúvidas, que por não haver evidência forte o suficiente para tornar atribuições de conhecimento verdadeiras neste rigoroso contexto, que o mesmo pode ser dito de um contexto de padrões mais relaxados em que a alternativa cética não está sendo cogitada, ou que não é relevante. Esse insight, presente em Lewis, e agora polido e expandido com mais atenção em Cohen, revela como ambos o cético e agentes epistêmicos não dão a relevância devida a padrões contextuais, e

assim entram em situações de contradição intuitiva, o que naturalmente beneficia o projeto cético.

Ao contrário de Dretske, a teoria de Cohen adere ao princípio de fecho, se esquivando assim da necessidade de reformular um princípio axiomático lógico. O contextualismo do autor argumenta que o princípio de fecho da implicação é verdadeiro em ambos contextos de alta e baixa rigorosidade evidencial.

O artigo "How to be a Fallibilist", Cohen (1988, pg. 106-110) inaugura o projeto do contextualismo epistêmico de Cohen. Lá o autor demonstra as intuições de relevância quanto a certas alternativas presentes no projeto de Dretske e formula-as como elementos do contexto do atribuidor. O que Dretske tem como ideia de relevância, Cohen estrutura como 'saliência' de possibilidades de erro. A fim de explicar as intuições aparentemente contraditórias tanto após e antes da introdução da alternativa cética o autor argumenta que cada intuição reporta a seu contexto único, sendo assim verdadeira ou não de acordo com seu contexto individual.

Segundo o autor, contextos podem ser divididos entre duas categorias básicas. Aqueles de alta demanda evidencial, e aqueles em que os padrões de evidência são mais relaxados. Contextos de baixa demanda justificatória são aqueles em que atribuições de conhecimento ordinário, que existem cadeiras, árvores e zebras, são verdadeiros. Contextos de alta demanda justificatória constituem aqueles contextos em que a hipótese cética está presente, ou ainda, aqueles que o custo caso o agente epistêmico erre em sua atribuição é elevado. Neles, a evidência não é forte o suficiente para refutar por completo a alternativa cética: 'que o agente é um cérebro em uma cuba' ou que 'mulas foram disfarçadas de zebras'. Esses fatores elevam a rigorosidade evidencial enquanto a evidência permanece a mesma.

Logo, Cohen argumenta que a dimensão contextual da atribuição de conhecimento funciona tal como um 'indexical' ou termômetro. Quando inserido em um contexto de alta demanda contextual, a 'temperatura' do termômetro sobe, registrando a maior demanda desse contexto na justificação do atribuidor. Quando em um contexto de baixa demanda, não acadêmico e diário, a 'temperatura' baixa, denotando a menor demanda na justificação do agente.

O princípio de fecho permanece constante em ambas as classes de contexto, reconhecendo a sua importância como um princípio lógico axiomático. Saber que se

vê uma zebra implica em saber que não são mulas pintadas de zebras. Não saber que não são mulas pintadas portanto, implica em não saber que são zebras.

3.1 Exemplo do Aeroporto

A fim de exemplificar o impacto que o contexto tem em atribuições de conhecimento, Cohen oferece um exemplo:

Mary e John estão no aeroporto de Los Angeles, onde se perguntam se compram ou não passagens em um certo voo com destino a Nova Iorque. Eles querem saber se esse voo faz escala em Chicago. Por acaso, ambos escutam Smith, outro passageiro, reportar que sabe que o voo faz escala em Chicago pois leu isso no itinerário de voos que obteve do agente de viagens. No entanto, resulta que Mary e John têm uma reunião de negócios importante que precisam fazer em Chicago. Mary diz: 'O quão confiável é esse itinerário? Pode ser que contenha algum erro de impressão. Ou podem ter mudado o cronograma de última hora. Smith não sabe que o voo faz escala em Chicago, '. John concorda com Mary e ambos decidem checar com o agente da companhia de voos. (COHEN, 2008, p.431)

A situação exemplifica dois distintos grupos de agentes epistêmicos: John e Mary bem como Smith. Cada um atribui conhecimento a Smith na forma de: 'Smith sabe que o voo faz escala em Chicago'. Se a atribuição é verdadeira ou falsa, se Smith sabe que o voo faz escala em Chicago ou não, depende exclusivamente do contexto visto que ambos os grupos de agentes possuem a mesma evidência. No entanto, enquanto um atribui conhecimento da escala a si, Smith, o outro grupo suspende o juízo e procura por mais evidência. Ademais, o comportamento de ambos os agentes parece racional, tanto na evidência disponível para Smith ser suficiente para tornar sua atribuição verdadeira quanto para o desejo de Mary e John de procurarem mais evidência visto o custo de tomarem o voo errado. Esse tipo de evidência, que itinerários reportam trajetos de voo, é, em outras circunstâncias diárias, suficiente para

que agentes saibam. Em outras palavras, evidências tais quais itinerários de voo são confiáveis e frequentemente utilizadas para atribuições de conhecimento em contextos de baixa rigorosidade. Justamente o tipo de conhecimento que o falibilista busca dizer que agentes possuem. Apesar disso, a atuação de John e Mary parece ser razoável também, considerando os custos que o erro de perder a importante reunião de negócios pode ter para ambos.

A única diferença entre os dois grupos é o contexto em que estão inseridos. De acordo com Cohen (2008), pg. 418-420), as reações contraditórias à situação de cada um dos personagens resultam do fato de que seus contextos são diferentes, mais especificamente, que o custo de estar errado no contexto de John e Mary é mais alto do que no contexto de Smith. Especificamente, que se a atribuição de John e Mary que 'Smith sabe que o voo faz escala em Chicago' é falsa, então ambos perdem a reunião de negócios sofrendo assim consequências profissionais. A perda da reunião de negócios faz com que a atribuição de Mary e John necessite de mais evidência do que aquela que Smith alega possuir, o itinerário de voos, logo a mudança razoável no comportamento de ambos quando decidem investigar com o agente de voos.

Cohen (2008, pg. 422-423) formaliza essa mudança contextual argumentado que fatores contextuais determinam o limiar que certa evidência precisa atingir para tornar a atribuição de conhecimento verdadeira, e mais, que esse limiar está em movimento constante, podendo subir ou descer de acordo com fatores contextuais presentes no contexto de atribuidores. Diferentemente da visão clássica, que argumenta o limiar evidencial como estático e determinado somente pela proposição a qual se busca conhecer.

O autor desenha os elementos principais responsáveis por esse oscilar do limiar como sendo os custos de que atribuidores tem caso sua atribuição esteja errada bem como a saliência de possibilidades de erro em seu contexto. Ou, retornando ao caso de Dretske, a relevância de alternativas céticas. Que quando consideradas, elevam os padrões de justificação e arrastam o atribuidor para um contexto de altíssima demanda e rigorosidade tocante à sua evidência, padrões esse que sua evidência passa a não ser mais capaz de cumprir.

3.2 O problema do Ceticismo

Com o contextualismo de Cohen situado no cenário de teorias epistêmicas e tendo demonstrado as particularidades de como a teoria sugere que agentes epistêmicos lidem com o contexto, a dissertação busca demonstrar os principais argumentos a favor da teoria. Fazendo um sobrevoo sobre alguns exemplos oferecidos como argumentos tanto por Cohen quanto por outros contextualistas.

No caso de Dretske, o cético utiliza do princípio de fecho para negar o conhecimento em casos de senso comum diários, lembrando que consequências lógicas do que se pretende saber não são certas. De que é difícil saber que não são mulas pintadas com listras, ou que objetos do dia-a-dia existem de fato e não são uma fabricação do sonho, pois a evidência disponível não é capaz de distinguir entre a alternativa epistêmica e a alternativa cética.

O contextualismo resolve o problema do ceticismo ao argumentar que alegações de conhecimento são sujeitas ao contexto, que em si é relativo. Conforme o contexto aumenta em rigorosidade, mais demanda é posta sob a evidência do atribuidor, até certo ponto que a evidência não é mais capaz de probabilizar a alegação de conhecimento, por mais que a evidência em si ainda tenha valia.

Em contextos de baixos padrões justificados em que a rigorosidade da evidência é mais relaxada, conhecer possui um significado amplo: itinerários de voos e a visão de zebras são evidência suficiente para tornar atribuições de conhecimento sobre trajetos de voos e existência de zebras respectivamente.

Em contextos de altos padrões em que, por exemplo, reuniões de negócio perdidas ocasionam em demissão justificada, e que a existência de mulas pintadas de zebras é saliente, a mesma evidência se torna incapaz de atender à nova demanda justificatória pelo fato de não ser mais suficiente para o contexto do atribuidor.

Nos primeiros casos, a intuição falibilista que motiva a criação da teoria de Cohen é preservada no escopo de diferentes atribuições de conhecimento que podem ser ditas verdadeiras. Nestes contextos, a intuição e senso comum da maneira como

peças agem no mundo são preservadas e reconhecidas pela teoria como casos de conhecimento. Nos casos de maior rigorosidade, a voz cética passa a ser respeitada, bem como o poder que seus argumentos possuem de solapar casos prévios de conhecimento.

Singularmente na teoria de Cohen, ambas as vozes, falibilista e cética podem ser verdadeiras mútua e concomitantemente já que reportam especificamente a seus próprios contextos, de baixa e alta rigorosidade devido a polissemia do termo 'conhecer'. O cético pode argumentar que não há conhecimento em altos padrões, mas não que desse fato se segue que nunca houve conhecimento diário em casos de baixos padrões já que o próprio termo 'conhecer' é diferente nos dois casos.

A intuição que parece apontar uma contradição, que pela atribuição não ser verdadeira em contextos rigorosos condena também atribuições feitas em contextos de baixa rigorosidade é falsa, segundo Cohen. Isto ocorre pois o sentido da própria atribuição muda, de um contexto para o outros, já que a introdução da hipótese cética necessariamente eleva os padrões contextuais para um limiar extremamente rigoroso e portanto, torna o julgamento da atribuição feita em um contexto diferente impróprio.

Portanto, no exemplo do aeroporto, ainda que no contexto de Mary e John a atribuição de conhecimento a Smith seja falsa, no contexto de Smith, sua atribuição de conhecimento é verdadeira. É errado um cético usar disso para argumentar que é impossível haver conhecimento em contextos como o de Smith, na ausência de alternativas e hipóteses céticas.

Segundo o contextualismo, o que acontece é que quando a hipótese cética é introduzida, sempre ocorre uma mudança contextual e um aumento da rigorosidade, no entanto, falantes frequentemente não percebem que estão em um contexto diferente daquele em que fizeram a primeira atribuição. Logo ocorre esse desentendimento explorado pelo cético para introduzir fazer com que agentes epistêmicos suspendam o juízo sobre atribuições feitas em um contexto, estando eles em outro de padrões mais rigorosos.

No tocante ao problema do ceticismo, o contextualismo epistêmico é bem sucedido. Não somente é o problema que origina a teoria em si mas também aquele cuja resolução é de fato a missão da teoria.

3.3 O caso do banco

Este caso vem de Keith DeRose (DEROSE, 1992, p. 913) e consiste em duas versões da mesma cena que serão aqui apresentadas. O autor formula: ‘Eu e minha mulher estamos voltando para casa em uma sexta-feira de tarde. Planejamos parar no banco no caminho para casa a fim de depositar nossos salários. Porém, conforme passamos na frente do banco, notamos que as filas dentro do banco são muito longas, como normalmente são às sextas-feiras de tarde. Ainda que gostemos de geralmente depositar nossos salários o quanto antes possível, não é especialmente importante para nós, neste caso, depositá-lo imediatamente, logo, sugiro a minha esposa que sigamos direto para casa e depositemos nossos salários no sábado de manhã. Minha esposa diz, “Talvez o banco não esteja aberto amanhã”. Eu respondo, “Não, sei que estará aberto. Estive lá duas semanas atrás em um sábado. O banco fica aberto até o meio dia.”’

3.3.1 O caso do banco, cenário B.

Minha esposa e eu passamos pelo banco em uma sexta feira de tarde, como no Caso A, e percebemos as longas filas. De novo sugiro que depositemos nosso salário no sábado de manhã, explicando que estive no banco em um sábado de manhã duas semanas atrás e descobri que o banco ficava aberto até o meio dia. Mas neste caso, nós acabamos de escrever um grande e importante cheque. Se nossos salários não forem depositados em nossa conta antes da manhã de segunda, o cheque importante que escrevemos irá tornar-se sem fundo, nos deixando em uma situação bem ruim. E, claro, o banco não abre aos domingos. Minha esposa me lembra desses fatos. Ela então diz, ‘Bancos mudam suas horas. Tu sabes se o banco estará aberto amanhã?’ Permanecendo tão confiante quanto eu estava antes,

sabendo que o banco estará aberto então, respondo, ‘Bem, não. Melhor eu ir lá dentro e checar para ter certeza’

3.4 Exemplos segundo o paradigma evidencial infalibilista

Analisando os exemplos por meio do paradigma evidencial infalibilista, que conhecimento é crença verdadeira justificada, cujo limiar é invariável independentemente de condições extra-epistêmicas, nota-se algumas contradições entre os princípios da análise tradicional e as expectativas de senso comum dos personagens presentes nos exemplos citados. As reações intuitivas dos personagens quando checam se o banco estará aberto, ou se o voo para Chicago não sofreu uma mudança de última hora, nos parecem perfeitamente razoáveis dentro de suas circunstâncias, a possibilidade de represália por um cheque sem fundo e por perder uma importante reunião de negócios, respectivamente. No entanto, a análise Tradicional não é capaz de explicar as razões por detrás de nossa intuição, de fato, sob uma leitura ortodoxa da teoria, fica claro que temos a mesma justificação sob o mesmo estado de coisas, que resulta em uma atribuição contraditória de conhecimento: No exemplo do aeroporto, que Smith tem e não tem o conhecimento de que o voo faz escala em Chicago; no caso do banco, que o marido tem ou não tem o conhecimento que o banco estará aberto sábado. É necessário que haja uma reformulação das condições necessária para o conhecimento que dê conta de explicar a razão desse comportamento, uma mudança da análise tradicional a fim de resolver a contradição que é afirmar ou não conhecimento do mesmo estado de coisas sob a mesma justificação.

Voltemos aos exemplos. Já definimos que os aspectos que permanecem iguais em ambos os casos são aqueles centrais à análise tradicional, então qual o aspecto que sofre uma alteração de um personagem do exemplo para o outro? Que poderia explicar a razão pela mudança em suas ações? Analisemos novamente os exemplos em busca de alterações significativas que possam explicar a razão da

divergência entre os personagens. No caso do aeroporto, a asserção principal a ser analisada é se Smith tem ou não conhecimento. Segundo Mary e John, não, o que estimula suas ações em procurar algum agente de viagens. Segundo Smith, ele possui sim conhecimento, pois em seu itinerário consta que o avião faz escala em Chicago. Como dito, as duas situações parecem razoáveis, tanto em confiar em itinerários de voos quanto indagar a um agente de voos se não houve uma mudança de última hora no itinerário em si. No entanto, essa ação do par, Mary e John, não surge do nada. Ela é motivada pelo custo de possivelmente perder o prazo do encontro de negócios em Chicago. Essa suspensão de juízo e procura por mais evidência pelo par, segundo a análise tradicional, implica que Smith não tem conhecimento, mais especificamente, que a justificação de Smith, o itinerário, não é evidência suficiente para sua conclusão, que o voo faz escala em Chicago. Mas então devemos afirmar que itinerários não são evidência suficiente para saber os horários de voos em aeroportos? Aceitar o padrão justificatório de Mary e John parece excessivo frente às situações do dia a dia, mas aceitar prontamente o padrão menos rigoroso de Smith também nos soa como ingênuo visto a situação em que Mary e John se encontram. E é justamente essa mudança na situação do par com a da situação de Smith que contextualistas (COHEN, 2008, p. 419-420) afirmam precisa ser contabilizada em atribuições de conhecimento.

A fim de explorar mais a influência do contexto em atribuições de conhecimento, observamos o exemplo de Keith DeRose. Nele, os personagens atribuem conhecimento a si, em vez de a um terceiro, como acontece parcialmente no exemplo de Cohen. A única diferença substancial entre as duas situações é pura e simplesmente as represálias possíveis de um cheque sem fundo caso o par não consiga depositar seus salários antes de segunda. Ausente das represálias, o par sente-se confortável a confiar na sua experiência de duas semanas antes de ter ido ao banco no sábado de manhã. Quando as represálias aparecem, a justificação não é mais suficiente, e o par age como se não tivesse conhecimento do fato, suspendendo o juízo apesar de sua justificação, que outrora suficiente, não mais é convincente o suficiente para o conhecimento do mesmo estado de coisas. Podemos dizer, então, que mudanças contextuais têm um impacto em atribuições de conhecimento, mais especificamente, que em situações em que o custo de erro é alto,

a justificação parece perder um pouco da sua força que possuía na situação contraparte em que o custo de erro não era aparente. Esta medida de força exercida pela justificação parece ser proporcional ao custo de estar errado presente em dado contexto do atribuidor. Por exemplo, pensemos na situação do aeroporto, mas mudemos o custo de erro dos dois. Ao invés de perder uma reunião de negócios, John está infectado com uma doença mortífera, que irá matá-lo em algumas horas, e o único médico que pode tratá-lo está em Chicago. Em uma situação como essa, não é tão estranho que Mary e John possam perguntar ao piloto do avião, não satisfeitos com a informação do agente de viagens, e de fato afirmarem que não sabiam se o avião pousaria ou não em Chicago em sua situação anterior, espelhando a situação de Smith.

Frente a essas informações, parece claro o peso do contexto na atribuição de conhecimento, no entanto, o mesmo não pode ser dito de como evitar a contradição em atribuições de conhecimento contrárias expressas sobre o mesmo estado de coisas. Ainda que o custo esteja mais explícito no contexto de um dos atribuidores, isso não basta para invalidar o outro, como vimos anteriormente, se levarmos os padrões mais altos de justificação de Mary e John no caso do aeroporto como certos, perdemos grande parte da base justificatória para a maior parte do conhecimento empírico. Se considerarmos que os padrões de Smith são os corretos, como descrever a situação de John e Mary? Eles sabem que Smith sabe, mas preferem investigar mais a fundo? (COHEN, 2008, p. 419) Essa resposta parece contra intuitiva. De alguma maneira, ambos sabem, porém, sabem em contextos diferentes, e estão certos ao dizer que sabem, ou não, em seu respectivo contexto. Esta é a proposta do contextualista.

Uma vez provada a importância, do contexto em atribuições de conhecimento, resta explorar como organizar uma teoria que leve em conta esse quarto aspecto e providencie uma explicação satisfatória de como duas atribuições de conhecimento como no caso do aeroporto, em que a implicação da atribuição de John e Mary é contraditória com a de Smith, podem ser verdadeiras ao mesmo tempo.

3.5 Exemplos segundo a análise contextualista e um paradigma variantista para falibilistas

Como evitar a contradição que aflora nos exemplos? O paradoxo, em linhas simples, se encontra na asserção de, no exemplo do aeroporto, Mary e John contradizem a asserção de Smith. Vimos como o custo de erro, ou melhor a mudança contextual, pode alterar o quão bem vista o mesmo corpo de evidência é, o que por sua vez pode vir a determinar se a asserção, se feita, será expressão de crença justificada ou não. Porém, não resolvemos ainda o problema central vindo desse fato, afinal como constatado anteriormente, não podemos considerar nem o padrão evidencial de Smith, ou o de Mary e John, como certo, pois ao afirmar de modo binário que somente um deles é o correto, perdemos justificção de grande parte das crenças sensoriais ao aceitar os padrões de Mary e John, ou faltamos em explicação para sustentar as ações de Mary e John se aceitarmos o padrão de Smith como correto.

Segundo Cohen, o método de evitar esse paradoxo repousa na maneira com que lidamos com o conhecimento e na introdução de uma nova condição necessária para expressar o conhecimento: a indexação da força epistêmica ao contexto do atribuidor. (COHEN, 2008, p. 420) Para o filósofo, as asserções, tanto no caso do aeroporto quanto no caso do banco, não entram em conflito, pois são feitas em contextos diferentes. Em outras palavras, é dizer que no contexto cujo risco de erro é maior, o cenário B de Keith DeRose ou a situação de Mary e John, os padrões da justificção são mais altos. Naquele contexto, Smith não sabe que o voo faz escala em Chicago, pois sua justificção não é forte o suficiente frente a saliência de erro que surge em resposta aos maiores custos de estar errado. No contexto de Smith, em que não há custo por ele estar errado sobre o fato de o voo fazer ou não escala em Chicago, possíveis erros em sua percepção não são salientes, o que abaixa seu padrão justificatório. Devemos entender o conhecimento como um indexical, reportando a força epistêmica de dada crença que será ou não epistemizada de acordo com o contexto de seu atribuidor.

A situação contraditória, em que Smith sabe e não sabe que o voo faz escala em Chicago, não surge naturalmente em um único contexto. O erro surge ao

falsamente tratarmos as duas proposições em igualdade, quando, na realidade, ambas reportam a contextos diferentes em que sua implicação, de Mary e John terem ou não condições de saber que o voo faz escala em Chicago, a parte que causa a contradição, é propriamente descartada respeitando as leis de implicação.

Em suma, o contextualista propõe a seguinte reformulação da análise tradicional para encapsular a importância de fatores contextuais; conhecimento é crença verdadeira justificada e não-gettierizada no contexto do atribuidor do conhecimento. No entanto, o contextualismo não responde a um dos problemas centrais da epistemologia relacionados ao assunto, o problema de Gettier. Se deseja uma adesão máxima à teoria⁹, o contextualista ainda deverá filiar-se a alguma proposta de solução ao problema posto por Edmund Gettier.

É preciso tornar a justificação dependente de padrões contextuais que determinam quão forte a justificação precisará ser para avalizar o conhecimento. Assim, com essa nova consciência do contexto, podemos esquivar do erro de tratar duas proposições oriundas de contexto diferentes em pé de igualdade e livrar-nos da contradição que aflora quando olvidamos de padrões contextuais e injustamente agrupamos proposições cujas justificações dependem desses mesmo contextos.

Lendo os exemplos sob a ótica da análise contextualista demonstra a eficácia do método. Por exemplo, no exemplo de Keith DeRose temos claramente dois contextos. A contradição está no personagem masculino saber e não saber ao mesmo tempo que o banco abre aos sábados de manhã. Porém, o personagem, quem atribui ou não o conhecimento a si mesmo sobre a situação do banco aos sábados, só reflete na possibilidade de mudança de horário em um contexto diferente, devido ao custo de erro que o cheque sem fundo representa. No contexto em que o personagem sabe que o banco abre sábado de manhã, a possibilidade de que não abrirá não é saliente; no contexto em que duvidam se banco abre sábado de manhã, não sabem que o banco abre sábado de manhã, o paradoxo não existe no contexto dos personagens.

⁹ [8] Leia-se, se quiser que o contextualismo seja aceito como nova teoria 'default' na definição semântica de conhecimento.

O mesmo ocorre no caso do aeroporto, ainda que com atribuidores diferentes, e isso é o que determinará sua diferença. Anteriormente vimos que o paradoxo se encontra quando tomamos as duas asserções de conhecimento fora de seus contextos. Sob a análise contextualista, por mais que sejamos tentados a discutir esses exemplos em nosso próprio contexto, filosófico, e essa pulsão será discutida no próximo capítulo, fazer isso certamente resultaria em uma situação contraditória, como vimos na análise tradicional em que Smith tem e não tem conhecimento sob o mesmo estado de coisas com a mesma evidência e que afirmar um dos padrões de justificação como correto possuiria consequências desconfortáveis tanto para o conhecimento sensorial quanto para a explicação do comportamento de Mary e John. A chave para resolver o problema aqui se encontra em respeitar a quarta condição introduzida pelo contextualista, observar se a justificação é suficiente no contexto do atribuidor. No contexto de Smith, ele tem conhecimento, a justificação do itinerário é perfeitamente aceitável. O melhor é dizer que Smith tem conhecimento em contexto A, em que o custo de erro não existe e sua justificação é suficiente. No contexto de Mary e John, Smith não tem conhecimento, pois sua evidência não é suficiente, visto as possibilidades de erro tornadas salientes pelo custo de erro de perder a reunião de negócios em Chicago. O contexto é o arbitrador principal do conhecimento, governando quão forte a justificação deve ser para avaliar o conhecimento, o quão forte a força epistêmica do atribuidor precisará ser para epistemizar seu conhecimento. Os dois contextos são independentes, e não interagem, portanto usar as consequências das ações de Mary e John, oriundas de seu contexto B, para contestar as conclusões de Smith no contexto A seria uma quebra com o quarto princípio proposto pelo contextualista, a dependência contextual.

3.6 O paradoxo cético

Uma das motivações originais do contextualismo consiste em oferecer uma possível resolução da problemática referente ao paradoxo elaborado por Cohen

(COHEN, 1982, p. 91-94) em um de seus primeiros artigos que popularizaram a ideia do contextualismo¹⁰. No artigo, Cohen busca preservar o falibilismo frente a um paradoxo cético envolvendo três proposições: falibilismo¹¹, ceticismo¹² e fecho. A teoria contextualista é a tentativa de Cohen em preservar o falibilismo e o princípio de fecho e ao mesmo tempo garantir o conhecimento na situação paradoxal que as proposições lançam ao autor. O paradoxo consiste, formalmente, nas seguintes proposições:

P1 Sabemos proposições ordinárias empíricas.

P2 Não sabemos se alternativas céticas opostas a essas proposições não são verdadeiras.

P3 Sei que P1 implica em $\sim$ P2.

Aplicado a uma situação específica, o paradoxo pode ser apresentado da seguinte maneira:

P1 Sei que meu carro está estacionado no lote 2.

¹⁰ Para uma análise mais específica do contextualismo como condição necessária para a sustentação de uma epistemologia falibilista, na visão de Cohen, recomenda-se sua obra contextualista original. O artigo, 'How to be a Fallibilist' (COHEN, 1988)

¹¹ Para uma análise do falibilismo especificamente, recomenda-se o trabalho de Robert Audi (AUDI, 2003)

¹² Para uma análise focada na problemática cética e a reação contextualista a ela recomenda-se o artigo de John Greco, 'Skepticism about the External World' (GRECO, 2009)

P2 Não sei se meu carro não foi roubado.

P3 Se sei que meu carro está estacionado no lote 2, sei que não foi roubado.

Individualmente, cada uma das proposições nos soa razoável. Porém, seu caráter paradoxal advém quando analisadas em um conjunto, as implicações do fecho sugerem que devêssemos saber que o carro não foi roubado se está estacionado no lote 2, porém as evidências para isso parecem ser tênues no melhor dos casos, muito menos certas do que parece sugerir o problema. O cético faz o movimento contrário, tomando a segunda proposição e argumentando que não sabemos que o carro está estacionado no lote 2. Mas novamente, esse tipo de colocação incorre em um ceticismo de tal maneira generalizado que seríamos forçados a abandonar grande parte do que julgamos conhecer diariamente, e presumidamente, o movimento cético é precisamente o que gostaríamos de evitar. Finalmente, podemos argumentar para o descarte do princípio de fecho presente na proposição 3. Mas o princípio é de tal maneira axiomático que essa é uma posição extremamente controversa, no entanto é justamente esse movimento que a teoria das alternativas relevantes de Fred Dretske (DRETSKE, 1970), antecessora e de certa maneira inspiradora a obra contextualista de Cohen, propõe.

Predicada sob o mesmo problema, Dretske escolhe descartar a terceira proposição, o princípio de fecho da implicação. Uma escolha controversa, exemplificada no exemplo de mulas pintadas de zebras, em que Dretske argumenta que a experiência perceptual de que são mulas não é suficiente para justificar a alegação de que não são mulas perfeitamente disfarçadas de zebras.

Então, independente de qual conclusão for feita, problemas surgirão que tornarão a resposta insatisfatória, logo o paradoxo. Cohen formula o contextualismo como tentativa de preservar o falibilismo e o fecho enquanto oferecer razões que explicam o porquê que as objeções céticas não condenam todo e qualquer caso de conhecimento.

Para a teoria contextualista, cada uma das proposições é verdadeira em seu próprio contexto, com exceção do princípio de fecho que é tido como verdadeiro em

todos os contextos possíveis. Em contextos de baixa rigidez, a proposição P1 é verdadeira e a P2 falsa, o oposto é verdade em contextos de alta rigidez justificatória. O paradoxo surge então da sorrateira mudança contextual que é proposta pelo cético quando este nos leva a considerar verdadeiramente as alternativas céticas, que em si são a saliência do erro possível. Com isso, o cético nos leva a mudar de nosso contexto inicial de baixa rigorosidade para um mais alto, algo que não conseguimos perceber no momento e nos leva ao paradoxo.

Desta maneira, Cohen sustenta que em cada contexto, pelo menos uma das proposições é falsa e que a proposição relativa ao fecho permanece correta em todos os contextos possíveis devido a sua natureza axiomática, destacando-se da teoria das alternativas relevantes de Dretske nesse sentido.

4 O CONTEXTUALISMO

Agora que solucionamos a problemática inicial que inspira o pensamento epistêmico em função do contexto, resta explorar as implicações, regras e estrutura em geral de uma teoria contextualista. Como, por exemplo, podemos nos enganar tão frequentemente sobre o contexto de origem de certas proposições? Como exatamente funciona a mudança contextual? Que atributos determinam os padrões que a justificação precisa atingir? Enfim, como funciona uma teoria contextualista, quais seus preceitos, regras e eventuais limites. Esta pesquisa se delimitou na teoria do ‘Contextualismo Atributivo’ de Stewart Cohen¹³ e esta será a teoria analisada em seguida, ainda que diversos aspectos possam ser aplicados também a outras teorias de cunho contextualista.

4.1 Definição contextualista do conhecimento

Como vimos anteriormente, o contextualista propõe que conhecimento é crença verdadeira justificada em um contexto específico, além de demarcar qual o ponto em que a justificação passa a ser suficiente para crer. Em última instância, o contextualismo é uma teoria sobre a semântica da palavra ‘conhecer’ que propõe que sentenças do tipo ‘S sabe P’ podem ser verdadeiras em um contexto e falsas noutro. O termo ‘conhecer’, portanto, opera de maneira ‘indexical’ como outros termos da língua portuguesa, ‘alto’ e ‘plano’, por exemplo. (COHEN, 2008, p. 119) Alguém pode ser alto em um país, mas considerado pequeno em outro, o mesmo com plano em um contexto de engenharia em que a rua é plana, mas para um físico ciente das

¹³ Para uma análise de outras teorias contextualistas, com foco em outros problemas céticos, é fértil a leitura de DE ALMEIDA (2015). Lá o autor discute a resposta contextualista ao trilema de Agripa, entre outros problemas céticos e estirpes de contextualismos.

irregularidades microscópicas não, variando de acordo com o contexto. ‘Conhecer’ opera da mesma maneira, ‘S sabe P’ pode ser verdadeiro em contextos de altos padrões e falso em um de baixos padrões, de maneira similar a esses outros termos. De fato, o contextualista não propõe grande inovação, ou criação de um novo termo ao propor sua relação íntima a um contexto determinado, mas meramente busca reclassificar o termo junto com outros que operam em dependência ao contexto em que são enunciados.

4.2 A mudança contextual

De acordo com a definição contextualista de conhecimento, temos contextos de maior ou menor demanda justificatória. Tocamos no assunto quando exploramos a maneira com a qual o contextualista lida e desfaz o paradoxo presente nos casos problema. Como quando explicamos a razão pela qual proposições contraditórias aparecem na leitura da análise tradicional se deve ao movimento ilegal da retirada dessas proposições de seus respectivos contextos originais, a atribuição originária de Smith sobre seu conhecimento da escala aplicada erroneamente ao contexto mais rigoroso de Mary e John. O resultado foi o conhecimento e não conhecimento simultâneos de Smith sob o fato da escala do avião em Chicago.

Implícita a essa explicação está o fato de que temos dois contextos diferentes, um de maior rigorosidade justificatória, outro de menor. Não é absurdo pensar que uma pessoa possa ir de um contexto a outro; pelo contrário, parece absurdo justamente o contrário, um estado mental imutável e impenetrável. A conclusão dessa possibilidade é, pessoas podem, e de fato mudam, de contexto, deslocando de um contexto menos rigoroso a um mais estrito, resta ao contextualista explicar o porquê.

Esta pergunta possui algumas respostas diferentes dependendo de qual teoria contextualista irá respondê-la. Porém, segundo Cohen (COHEN, 2008, p. 422-423), a mudança de contexto ocorre quando as possibilidades de erro tornam-se salientes. Normalmente isso ocorre quando o custo de estar errado a respeito de dada

atribuição é mais alto, causando o atribuidor a naturalmente pensar em possibilidades que tornem sua evidência menos crível. Podemos ver isso claramente no caso de DeRose quando a ameaça de um cheque sem fundo faz crescer no casal a necessidade de justificação mais forte, ou em John e Mary, quando sua reunião de negócios tem o risco de trazer danos a ambos. Ou ainda quando fizemos hipóteses sobre contextos de ainda maior rigorosidade, quando John tinha risco de vida infectado por uma doença cujo único doutor capaz de curá-lo se encontrava em Chicago. O mesmo se aplica em direção contrária, quando eventualmente o risco de erro desaparece, e a intuição do dia a dia se reafirma.

5 CRÍTICAS AO CONTEXTUALISMO

A muitas críticas possíveis de serem feitas ao Contextualismo, da desanalogia do termo ‘conhecer’ com outros termos similares em Jason Stanley (STANLEY, 2004) a críticas mais gerais a alguns pilares da teoria, falibilismo e evidencialismo como no caso da crítica de Hawthorne (HAWTHORNE, 2003). Porém, as críticas as quais este trabalho escolhe abordar são talvez as mais apropriadas ao teor único e individual contextualista da teoria ao invés de abordar aspectos mais abrangentes e de menor interesse ao enfoque no contextualista do trabalho. São as críticas a ambas, à uma das implicações presentes na descrição contextualista da mudança contextual, a um termo que tanto críticos como contextualistas nomeiam como ‘Cegueira Semântica’ e à objeção da desanalogia entre ‘conhecer’ e outros termos semanticamente ligados a contextos feita por Jason Stanley (STANLEY, 2004).

5.1 A objeção da cegueira semântica

A cegueira semântica é o termo dado a aparente falta de consciência que falantes têm de mudanças contextuais que ocorrem em seus contextos. É o que ocorre quando, por exemplo, uma hipótese cética é introduzida no sistema de crenças. De fato, Cohen postula (COHEN, 2008, p. 427) que é a força da cegueira semântica da qual o cético retira o poder de seus argumentos e é a razão pela qual ele consegue convencer seu interlocutor a suspender o juízo intuitivamente ao invés de salientar que este está misturando padrões contextuais como sugere o contextualista.

Por exemplo, no caso do aeroporto, falhamos em ver que a atribuição de Smith feita em baixos padrões não contradiz a atribuição de Mary feita em um contexto de altos padrões de justificação. Isto é cegueira semântica e o fato de que falantes competentes não tem consciência de sua existência parece apresentar um problema para a teoria contextualista.

É ambíguo o quanto dessa reação à mudança contextual é fruto de um pré-conceito da tradição epistêmica e o quanto é realmente reação instintiva do senso comum a uma situação contra intuitiva já que, segundo Cohen (COHEN, 2008, 429), quando testado com seus alunos no exemplo do aeroporto, Keith DeRose afirma que a maioria aderiu a tese contextualista ao afirmar que ambos Smith e Mary sabiam que o voo faria escala em Chicago, uma tese incompatível com o invariantismo da análise tradicional do conhecimento.

Seja como for, a analogia com outros termos semanticamente similares ajuda aqui o contextualista, visto que eles são também por sua vez possuidores da propriedade da cegueira semântica. Voltemos ao exemplo do plano (UNGER 1975), como em ‘conhecer’, a ‘planicidade’ opera de maneira contextual. O que é plano em, digamos, uma situação em que um pedestre é levado a descrever uma rua, é diferente do plano usado pelo físico para descrever hipoteticamente a forma das coisas. Agora, pensemos em uma situação em que aquele mesmo pedestre é instruído pelo cientista no conceito de planicidade, em que o mesmo salienta as muitas irregularidades microscópicas presentes naquele asfalto. Não é impossível que o pedestre balance a cabeça e diga: ‘Realmente, agora sei o que é plano. Não tinha ideia disso antes’. Em outras palavras, o pedestre infere da implicação da planicidade em altos padrões de justificação a negação da planicidade em baixos contextos, o mesmo erro atribuído pelo contextualista ao termo conhecer presente em um termo muito mais amplamente aceito.

Ainda que esse evento suporte uma possível normalização da cegueira semântica, é inegável que a cegueira semântica do termo ‘conhecer’ deve ser muito maior que a do termo plano. Afinal a teoria ‘contextualista planar’, por assim dizer, comanda muito mais aceitação em um cômputo geral do que a do contextualismo epistêmico. Logo, temos de atribuir a falha a algum lugar, seja a tradição mais restrita da disciplina ou o maior grau de cegueira presente nela. De qualquer maneira, o custo da cegueira parece permanecer e ser um custo teórico do contextualista, ao menos segundo Cohen (COHEN, 2008, p.429).

5.2 A objeção da ‘gradatividade’

Jason Stanley (STANLEY, 2004) objeta a analogia contextualista do termo ‘conhecer’ a outros termos como ‘plano’ ou ‘alto’. Segundo o autor, a analogia entre esses termos é imprópria e simplesmente não pode ser sustentada, ademais, a maneira em que ‘conhecer’ e outros termos contextualmente dependentes são desanalogos apresenta, segundo o autor, evidência contrária a tese contextualista.

Stanley afirma que há dois testes possíveis para analisar se um termo é semanticamente dependente do contexto, e afirma que ‘conhecer’ falha em ambos. Para o autor, um termo contextualmente dependente deve permitir ‘modificadores’, em ambos os casos de nossos termo contextualmente dependentes, alto e plano, devemos poder dizer:

- 1) X é bem alto, X é bem plano

Em segundo lugar, termos contextualmente dependentes devem poder ser ‘ligados a uma construção natural comparativa’ (STANLEY, 2004). Isso é dizer que, no caso do termo ‘alto’, o exemplo ficaria assim:

- 2) X é mais alto que Y
- 3) X é o mais alto

Parece não fazer sentido dizer que X bem conhece. Em nosso exemplo do aeroporto, ‘Smith saberia bem que o avião faz escala em Chicago’ e/ou, ‘Smith sabe que o avião faz escala em Chicago mais do que Mary sabe’, e ainda, ‘Smith sabe mais que todos os outros que o avião faz escala em Chicago’. As frases soam avessas, e de fato dizê-las implicaria em graves erros de uso da linguagem. Frente a essa falha do termo ‘conhecer’ em se comportar de igual maneira a outros termos contextualmente dependentes, Stanley afirma que conhecer não pode ser um termo

contextualmente dependente e mais, afirma que o fato de falhar tão claramente em seus testes é evidência de que o termo não é relativo a uma escala gradativa de força epistêmica, em outras palavras, que ‘conhecer’ não pode desempenhar uma função indexical quanto a força da posição epistêmica do atribuidor como afirma Cohen.

Ainda que Stanley faça um bom caso para ressaltar a maior dificuldade do que era esperado na classificação de conhecer como um verbo contextualmente dependente, será que podemos dizer que sua evidência é suficiente para negar a qualidade indexical de conhecer proposta pelo contextualista?

Michael Blome-Tillmann (BLOME-TILLMAN 2008) argumenta que não. Segundo ele, o argumento de Stanley enfraquece se encontrarmos expressões indexicais contextualmente dependentes que falhem também em seu teste. O autor argumenta que ‘gritar’ é precisamente uma dessas expressões. Imaginemos dois grupos, em um, as pessoas tendem a sussurrar o falar bem baixo, no outro, tendem a falar alto. É provável que as pessoas do primeiro grupo estejam muito mais provavelmente predispostas a considerar como um grito uma fala normal do que os membros do segundo. Logo, podemos ver que gritar responde a uma grade indexical a qual ‘gritar’ responde, sensível ao contexto da mesma maneira que conhecimento e que as expressões anteriores. E a respeito dos testes de Stanley, como ‘gritar’ se comporta?

2) Ele bem grita

3) Ele grita mais que ela

Visto o fato que ‘gritar’ falha o teste de Stanley, Blome-Tillman (BLOME-TILLMANN, 2008) sugere que contextualistas realizem a analogia com verbos como ‘gritar’ ao invés de ‘alto’ ou ‘plano’. O autor nota também que, com uso de advérbios, podemos ordenar ‘gritar’ em uma escala de volumes, e que podemos fazer o mesmo com conhecimento. Por exemplo.

4) Ele grita mais alto que ela.

5) Ele grita mais alto que todos.

E no caso do conhecimento:

6) Ele sabe com melhor evidência/justificação do que ela sabe.

7) Ele sabe com a melhor evidência possível

A objeção, portanto, perde um tanto da sua força quando notamos que a analogia entre estes termos é sim possível. Ainda que mais uma crítica a metodologia contextualista do que as propriedades essenciais da teoria em si, a crítica de Stanley ilustra bem o caráter semântico da teoria de Cohen e é digno de nota por este motivo.

5.3. A objeção de Hawthorne: O elo entre Conhecimento e Asserção

É prudente começar com uma análise geral dos casos de loteria, ou mais apropriadamente, ‘proposições lotéricas’. Casos de loteria usam do princípio de implicação para argumentar que, já que não podemos saber com certeza que coisas extremamente improváveis (como ganhar na loteria) irão acontecer, então também não podemos saber que coisas menos extremamente improváveis e casuais também não irão acontecer (que alguém pode virar um multimilionário em uma noite).

Casos de loteria emprestam seus nomes e estruturas para problemas mais óbvios e menos problemáticos 24. Cohen exemplifica isso com seu caso do estacionamento: ‘Por exemplo, se recentemente Smith deixou seu carro no lote 2, parece certo dizer que ele sabe que seu carro está estacionado no lote 2. Mas parece errado dizer que Smith sabe que seu carro não foi roubado’ (COHEN, 2004).

É claro que, ainda que partilhe de pouca similaridade com o caso das loterias em questão de conteúdo, o caso do estacionamento segue a mesma estrutura geral.

Não há nada de novo especificamente no caso em si. Contextualistas como Cohen são familiares com esses casos, visto que são parte do argumento que eles mesmos usam para forçar a análise tradicional, não-contextualista, de conhecimento, a mostrar suas rachaduras na sua habilidade de explicar o que alegamos saber intuitivamente. E ainda para mostrar como a habilidade do contextualismo em lidar com esses problemas o faz muito persuasivo.

A solução contextualista para os casos de loteria é apontar que a saliência de possibilidades de erro muda o contexto do atribuidor para um de padrões justificatórios mais rigorosos. A presença da ‘proposição lotérica’, ou da alternativa cética, acaba salientando a possibilidade de erro e acaba consequentemente demandando mais evidência. Que o carro pode ter sido roubado mesmo tendo sido estacionado no lote 2 a menos de 10 minutos. Estas intuições conflitantes resultam da mudança contextual inesperada que acontece quando certos conceitos tais quais como alternativas céticas e o custo do erro são introduzidas. Essas atribuições de conhecimento, feitas em diferentes contexto (antes e depois da adição de ‘proposições lotéricas’) parecem contraditórias somente devido a inabilidade do atribuidor de entender plenamente os efeitos da sua própria linguagem tem no seu contexto de fala. Atribuidores podem aumentar o limiar justificatório ao introduzir uma alternativa cética errante e, se não conscientes da influência e nuances de cada contexto, acabarem perplexos quanto à razão de terem perdido conhecimento que tinham alguns momentos atrás 25.

Hawthorne argumenta que o contextualismo epistêmico não providencia uma boa explicação para esses problemas questionando a habilidade da teoria em resolver os problemas no seu cerne. Ele afirma que sua própria teoria pode explicar melhor esses problemas e baseia sua crítica ao contextualismo na razão prática. De acordo com o autor, devemos asserir que P somente se sabemos P. Hawthorne alega esse requerimento causa problema para o contextualismo de Cohen da seguinte maneira: segundo o contextualismo de Cohen um atribuidor pode asserir que uma pessoa S não sabe que seu carro está estacionado no lote 2 já que não pode saber que o carro não foi roubado; ao mesmo tempo, a mesma pessoa S é livre para asserir que ela sabe que seu carro está estacionado no lote 2 apesar do atribuidor não saber se é esse o caso.

Há asserção sem conhecimento, ou melhor, a asserção é permitida mesmo quando, de acordo com o contexto do atribuidor, S não em conhecimento. O elo entre asserção e conhecimento é quebrado.

Ademais, Hawthorne argumenta que se podemos saber algo, então estamos intitutados a apelar para esse algo em raciocínios práticos. Cohen utiliza do seguinte exemplo para exemplificar:

Suponha que fui convidado para dar uma palestra na APA e estou no aeroporto comprando minha passagem. O agente de voos me oferece o seguro de voo. Eu raciocínio:

Eu irei palestrar

Então estarei na convenção

Então não preciso de seguro (COHEN, 2004)

Cohen argumenta que isso é um exemplo de raciocínio incontroversamente ruim. E ainda assim, ainda podemos dizer que: “Cohen sabe que dará a palestra, mas não deve apelar para essa proposição em caso de raciocínio prático”. (COHEN, 2004)

Hawthorne parece tomar vantagem da relação e mudança entre dois contextos diferentes, entre atribuidor e sujeito bem como a maneira como intuições presentes em um contexto entram em conflito com novas intuições de outro contexto, especialmente explorando a divisão contextual entre atribuidor/sujeito.

5.4 A objeção de Hawthorne: Raciocínio Prático.

Cohen parece endossar a posição Lewisiana de que pensar em demasia sobre o raciocínio prático acaba por torná-lo imprático. Ele argumenta que ao refletir demais, Hawthorne está criando um problema para qualquer teoria falibilista pois seu raciocínio pode ser expandido para este fim.

O autor escreve:

Qualquer teoria falibilista (com exceção de ISS) irá enfrentar este problema, e.g., qualquer teoria que permite que S sabe P baseado em evidência E, ainda que $\Pr(P/E) < 1$. Para tais teorias, podemos sempre formular uma aposta onde a estrutura de recompensa torna racional para S, apostar contra aquilo que ele sabe. Por exemplo, a visão fallibilista vai permitir que, tendo deixado meu carro atrás há cerca de 10 minutos, sei que meu carro está estacionado no lote 2. Suponha que tu me ofereças uma aposta que me pague 1 bilhão de dólares se meu carro não estiver estacionado no lote 2, mas custe somente um centavo se estiver. Ainda que a probabilidade de meu carro ter sido roubado nestes últimos 10 minutos seja pequena, a recompensa é de tal forma que seria irracional para mim recusar a aposta. (Cohen 2004)

O exemplo é similar aos casos de loteria, e pela conclusão de Cohen, algo parece dar errado na negação de uma proposição por conta de um evento extremamente improvável, mas ainda possível, acontecer.

Também é possível argumentar que, somente porque há uma grande chance do bilhete de loteria perder, isso não é razão suficiente, ou conclusiva, para tornar a atribuição 'S sabe que perde a loteria' verdadeira. Existe uma possibilidade de que o próprio número de bilhetes, a porcentagem de perder ou vencer, torne a possibilidade de erro saliente. Ou ainda que haja algo de único sobre esse tipo de proposição e evidencia que preclusa a justificação.

A resposta de Cohen a Hawthorne continua:

...Na minha versão particular de contextualismo, conversa sobre conhecimento, pode ser vista como uma heurística de simplificação de raciocínio. Se tivéssemos uma capacidade consideravelmente maior para guardar e computar probabilidades evidenciais, poderíamos todos raciocinar utilizando somente as probabilidades. Mas dadas nossas capacidades de fato, utilizamos dessa noção imprecisa, pré-pronta e grosseira de conhecimento, e permitimos como regra geral de que quando tu sabes P, podes apelar para P no teu raciocínio. Então dizer que S sabe P é dizer que a probabilidade evidencial de P é suficientemente perto de 1 para S apelar à ela no seu raciocínio. Isto funciona na maior parte dos casos, exceto naqueles raros casos em que a exata diferença da probabilidade para 1 acaba importando. (Cohen, 2004)

Então o que parece suspeito é o próprio princípio de raciocínio prático. Cohen prossegue e argumenta que a teoria ISS, a proposta de Hawthorne, não oferece uma resolução satisfatória ao desafio dos problemas de loteria.

6 A OBJEÇÃO DE COHEN A ISS

Cohen argumenta que: ‘Qualquer resposta não-cética ao paradoxo precisa explicar a razão pelas quais nossas intuições céticas são tão persuasivas’ (COHEN, 2004, pg. 488). Ademais, que ISS não oferece uma solução satisfatória ao paradoxo da loteria.

O autor argumenta que a teoria de Hawthorne não oferece explicação para as ações de agentes epistêmicos quando a hipótese cética é introduzida. Se sensibilidade contextual é o domínio do sujeito e não do atribuidor, como a teoria de Hawthorne sugere, como explicar a forte inclinação de agentes à não somente negar conhecimento a versões prévias de si mesmos em contextos de padrões relaxados, mas também a outras pessoas em contextos diferentes quando atribuindo conhecimento a terceiros?

O contextualismo de Cohen assere que o conteúdo mental de atribuidores é capaz de rastrear o fato de que ele se encontra em um contexto de altos padrões. Estes padrões governam não somente auto atribuições, mas também atribuições de conhecimento a terceiros. Logo, ambos julgamentos são corretos.

Analisando o exemplo do estacionamento com essa objeção em mente: O agente sabe que estacionou seu carro no lote 2, até que alguém lhe pergunta se não sabe se seu carro não foi roubado nos últimos 10 minutos. Por não saber se de fato seu carro não foi roubado, o agente acaba por admitir que de fato não sabe que seu carro está de fato estacionado no lote 2 ainda. Ademais, quando indagado sobre o que julgava saber antes de ter ouvido a hipótese de seu carro ter sido roubado nos últimos 10 minutos, o agente confessa que de fato não sabia naquela situação, que seu carro estava de fato estacionado no lote 2.

Quando inseridos em contextos de altos padrões, a inclinação de asserir que ao menos que uma explicação alternativa seja providenciada para a alternativa cética, que nem o agente nem outros podem saber. Nas palavras de Cohen:

‘E quando estamos em tal contexto, aqueles padrões governarão não somente nossas auto-atribuições de conhecimento, mas nossas atribuições aos outros (e às nossas versões passadas) também. Então quando julgamos

que outros (junto com nossas versões passadas) falham em saber, nós fazemos julgamentos verdadeiros. (COHEN, 2004, p. 488)

ISS constroi a sensibilidade contextual como um tópico da sensibilidade do sujeito ao invés do atribuidor. Portanto, não há explicação para a pulsão que a alternativa cética exerce a fim de alegar que terceiros, ou versões em contextos diferentes, falham em saber. Afinal, eles sabem, porém, apenas em contextos de padrões relaxados onde alternativas céticas não são salientes ou presentes.

6.1 O CONTEXTUALISMO E O PROBLEMA DA LOTERIA

O problema da loteria, ou problemas de loteria, são um tipo de obstáculo apresentado por John Hawthorne em seu livro 'Knowledge and Lotteries'. Lá, Hawthorne (2004) busca explicar o porquê que, não obstante quantos bilhetes uma loteria justa possua, ou em outras palavras, quão grande a chance do apostador perder seja, não é possível saber que o apostador perderá.

Cohen (2005), nota que o problema é interessante pois o apostador pode vir a saber que perdeu a loteria lendo no jornal e sem saber qualquer coisa sobre o número específico de bilhetes. Algo que se torna ainda mais intrigante ao reparar que por simplesmente estipular um número maior de bilhetes, a possibilidade de perder a loteria condicional ao número de bilhetes se torna muito maior do que àquela condicional à notícia de jornal.

As implicações da particularidade dos casos lotéricos são interessantes. Como nota Cohen (2004, pg 482):

Suponha que Smith tenha um baixo salário e nenhuma perspectiva de ganhar uma promoção ou outro trabalho. Ele não tem investimentos ou outras fontes de renda. Dada a sua situação, parece certo dizer que Smith sabe que nunca será um multimilionário. Acontece que Smith tem um bilhete na loteria de Nova Iorque. Se ele ganhasse, se tornaria um multimilionário. Mas parece errado dizer que Smith sabe que irá perder a loteria.

As proposições lotéricas utilizam do mesmo princípio que casos de ceticismo anterior, e são, portanto, um problema adjacente. Podendo ser generalizados para deixar esta relação com o ceticismo mais visível da seguinte maneira:

‘Por exemplo, se Smith estacionou recentemente seu carro no estacionamento lote 2, parece certo dizer que ele sabe que seu carro está estacionado no estacionamento lote 2. Mas parece errado dizer que Smith sabe que seu carro não foi roubado.’ (Cohen, 2004, pg. 482)

No entanto, os casos de loteria ameaçam abrir um amplo flanco de discussões, uma que é muito mais focada em Hawthorne e em suas explicações do problema. É uma discussão rica, mas que esta dissertação sente que tiraria muito de sua análise do contextualismo, pois se relaciona com a questão cética e com os quebra-cabeças motivadores originais que levaram Cohen a formular a teoria.

Assim, embora seja um tópico valioso e rico por si só, esta dissertação sente que a discussão sobre o problema da loteria descarrila um pouco o foco que queremos dar ao contextualismo, falibilismo e evidência especificamente[13].

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo é fornecer um relato do Contextualismo Epistêmico de Stewart Cohen: desde seus primeiros quebra-cabeças motivadores presentes no relato de Fred Dretske sobre o caso das Zebras; aos novos desafios que a mudança histórica da epistemologia infalibilista para a falibilista traz; a como outras tentativas que tentam resolver esses quebra-cabeças podem ser facilmente corroídas sem uma definição rígida necessariamente contextual. Tudo em uma tentativa de contextualizar os debates em andamento que sem dúvida inspiraram e figuram na teoria de Cohen, e resumiram, da melhor forma possível, sem perder coerência e coerência, em um só lugar e em uma longa cadeia de raciocínio.

Existem alguns objetivos que esta dissertação se propôs a atingir no estudo e compilação dos primeiros debates contextualistas. Primeiro entre eles, o ato de resumir em si. Frequentemente, pode-se encontrar trechos do pensamento contextualista, muitas vezes resumidos e sem os quebra-cabeças iniciais ou a dimensão histórica tocante ao paradigma evidencial que é frequentemente ignorada. É a esperança desta dissertação que, ao fornecer uma visão mais holística sobre a trajetória da teoria, desde intuições de fundo até quebra-cabeças iniciais resultando em nova taxonomia e perspectivas moldando uma nova maneira de olhar para as condições para o conhecimento, que tudo isso pode levar a uma visão mais frutífera da teoria e possíveis novas maneiras de explorar o contexto dentro da epistemologia.

Em segundo lugar, o objetivo desta dissertação é destacar o aspecto fundamental que o contextualismo tem quando se trata de fatores não epistêmicos que interferem nas atribuições de conhecimento. Desde que a teoria contextualista apareceu pela primeira vez no debate epistêmico e filosófico mais amplo, a quantidade de debate envolvendo contexto dentro da epistemologia e áreas adjacentes aumentou dramaticamente. Com o contextualismo de pessoas como Cohen frequentemente exportando definições e intuições para outras áreas da filosofia. Infelizmente, a autoria pode se tornar uma coisa complicada quando as coisas progridem em um ritmo tão rápido. Pode-se ver isso claramente na literatura recente sobre "infiltração pragmática" quando tem certas premissas e alegações diretamente emprestadas pelo

contextualismo. O próprio ato de ter fatores não epistêmicos afetando as atribuições de conhecimento é uma premissa das teorias contextualistas e, ainda assim, esse fato muitas vezes não é reconhecido nesses círculos.

Em terceiro lugar, permitindo que colegas e outros estudantes interessados sem um domínio confortável da língua inglesa se familiarizem com uma teoria muito popular e importante que, no entanto, permanece majoritariamente apenas em inglês. Até certo ponto, isso é um problema para a maior parte da epistemologia nacional e é, pelo menos em parte, refletido na divisão gritante entre programas de graduação e pós-graduação, e na dificuldade de atualizar os alunos entrantes na pós-graduação sobre a literatura epistêmica de ponta sem um conjunto muito específico de circunstâncias. Algo que esta dissertação acredita estar longe do estado ideal. Embora isso tenha começado a mudar, a comunidade epistêmica brasileira, e em maior medida a comunidade de filosofia analítica brasileira, continua sendo uma parte modesta, embora muito produtiva, dentro do cenário filosófico nacional. Ao tornar alguns dos principais tópicos dentro da epistemologia mais fáceis de acessar para um público maior, esta dissertação espera ajudar a popularizar e ver o debate dentro dessas áreas aumentar, fomentando a pesquisa interdisciplinar dentro da comunidade.

Os objetivos foram todos concluídos satisfatoriamente, permitindo a análise da teoria e sua problemática neste trabalho. Grande parte da tônica contextualista exposta foi elaborada por Stewart Cohen e faz parte da visão contextualista particular do autor, uma das mais populares entre a comunidade epistêmica. Da mesma maneira, as operações internas do contextualismo foram aqui expostas, e de igual maneira, referem-se a bibliografia estudada, de autoria de Cohen. São eles a distinção de diferentes padrões em que o conhecimento pode ser expresso; como esses padrões aumentam ou diminuem a demanda por justificação de acordo com a saliência da possibilidade de erro, que é em si feita mais evidente pela reflexão em função de crescentes custos de estar errado de contextos diferente; como a teoria explica a intuição que leva falantes competentes a aglutinar proposições oriundas de diferentes contextos de maneira contraditória; como a mudança de um contexto para o outro acontece pela saliência de erro e como o custo de estar errado catalisa essa mudança. Por fim, as mudanças semânticas realizadas pelo contextualista ao

conhecimento, de conhecimento como crença verdadeira justificada para conhecimento como crença verdadeira justificada em contexto x; como o conhecimento opera de maneira indexical referente a uma grade de força epistêmica; como o contextualista não propõem uma inovação ao sugerir um papel diferente para o termo ‘conhecer’, mas sim uma reclassificação com termos contexto sensitivos.

O resumo que esta dissertação se propôs a fazer resultou relativamente bem-sucedido. Embora não seja de forma alguma uma visão exaustiva sobre o contextualismo, particularmente, em como a tradição histórica pode desempenhar um papel na natureza intuitiva que lida com o contextualismo sua objeção mais grave, a da cegueira semântica, ela, no entanto, realizou o que se propôs a fazer, fornecer uma visão holística da primeira e mais duradoura tradição contextualista, a de Stewart Cohen.

Ela faz isso examinando os problemas céticos que dão origem tanto às intuições céticas sobre o que o falibilista afirma saber quanto às intuições sobre uma dependência contextual que as afirmações de conhecimento possuem no primeiro capítulo. Observando um quebra-cabeça específico principal que inspirou o predecessor do contextualismo, a teoria das alternativas relevantes, bem como argumentando ainda mais que as intuições contextuais dentro da relevância em geral, e Lewis em específico, viriam a desempenhar um papel e moldar o pensamento contextualista no primeiro capítulo.

Então, ao expor o contextualismo, explicando os famosos quebra-cabeças que revelam intuições básicas entrando em conflito sobre explicações razoáveis e afirmações de conhecimento, como visto no caso do aeroporto, no caso do estacionamento e no caso do banco.

O texto então analisa os exemplos através do antigo paradigma evidencial, demonstrando como ele falha em explicar essas ações aparentemente contraditórias, mas igualmente persuasivas, que esses agentes epistêmicos tomam. Então, movendo-se em direção a uma análise feita através do novo paradigma contextualista proposto, e observando como, ao fazer com que as asserções se comportam mais como um indexical e testando a evidência de alguém, podemos explicar o comportamento de ambos os grupos de agentes apontando a qual contexto eles pertencem.

Esta dissertação exhibe o contextualismo, como fatores contextuais interferem em atribuições de conhecimento com base na mesma evidência, levantando o contexto do atribuidor, seja pela saliência de possibilidades de erro ou pela presença da alternativa cética em si. E como o cético também involuntariamente tira vantagem da falta de uma "solução" em seu contexto para aparentemente contradizer afirmações que foram atribuídas em contextos diferentes e, portanto, não devem ser comparadas entre si.

Além disso, as dissertações prosseguem por meio de sua tentativa de resumir o debate contextualista ao apresentar várias das objeções mais importantes levantadas contra Cohen e seu contextualismo, juntamente com as próprias respostas do autor a elas. Estas são: cegueira semântica, a objeção da gradatividade de Jason Stanley, juntamente com a resposta de Blome Tillman e Cohen. Assim como as objeções de John Hawthornes sobre o vínculo entre conhecimento e afirmação, sua objeção a respeito do raciocínio prático e o breve adendo sobre proposições lotéricas.

Assim, com a problemática inicial explicada, a mecânica de mudança contextual exposta e as objeções abordadas, esta dissertação acredita ter fornecido um relato holístico do contextualismo e, por meio desse relato, também trabalhou para atingir os objetivos a que se propôs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, Robert. **Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge**. 3º Edição. New York: Routledge, 2003.

BLOME-TILLMANN, Michael. The indexicality of 'knowledge'. **Philosophical Studies**, [s. l.], v. 138, n. 1, p. 29–53, 2008. DOI 10.1007/s11098-006-0008-2. Disponível em: <https://search-ebscohost-com.ez94.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=28606298&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 25 nov. 2021]

COHEN, Stewart. Ascriber Contextualism. In: GRECO, John (Ed.). **Oxford Handbook of Skepticism**. Oxford University Press, 2008, p. 417-436

COHEN, Stewart. How to be a Fallibilist. **Philosophical Perspectives**, Atascadero: Vol. 2, p. 91-123, 1988

COHEN, Stewart. Stewart Cohen. In: DANCY, Jonathan, et al (Ed.). **A Companion to Epistemology**. 2º Edição. Hoboken: Wiley-Blackwell, Dezembro 2009, p. 118-123

COHEN, Stewart. Knowledge Speaker and Subject. **The Philosophical Quarterly**. Oxford University Press. Vol. 55 Nr. 219. p.199-212. 2005.

COHEN, Stewart. Knowledge Assertion and Practical Reasoning. **Philosophical Issues**. Ridgeview Publishing Company. Vol. 14. p.482-491. 2004

COHEN, Stewart. Contextualist Solution to Skeptical Problems: Scepticism, Gettier, and the Lottery. *Australasian Journal of Philosophy*. Vol. 76, Nr. 2, pg. 289-306, 1998.

DE ALMEIDA, Cláudio. Contextualism. In: AUDI, Robert (Ed.). **The Cambridge Dictionary of Philosophy**, 3º Edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 207-208.

DEROSE, Keith. Contextualism and Knowledge Attributions. **Philosophy and Phenomenological Research**. Providence: Vol. 52, N. 4, p. 913-929, 1992.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators, **The Journal of Philosophy**. New York: Vol. 67, N. 24, p. 1007-1023, 1970.

DRETSKE, Fred. The Pragmatic Dimension of Knowledge, **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**. Vol. 40, No 3, p. 363-378, 1981.

FELDMAN, Richard. Contextualism. In: DANCY, Jonathan, et al (Ed.). **A Companion to Epistemology**. 2º Edição. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2009, p. 12-22

GRECO, John. Skepticism about the External World. In: GRECO, John (Ed.). **Oxford Handbook of Skepticism**. Oxford, Oxford University Press, 2008, p. 118-121.

HAWTHORNE, John. **Knowledge and Lotteries**. Oxford: Oxford University Press, 2003

LEWIS, David. Elusive Knowledge. **Australasian Journal of Philosophy**. Vol. 74, pg. 549-567, 1996.

RODRIGUES, Tiegue Vieira. O Contextualismo na Epistemologia Contemporânea. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

STANLEY, Jason. On the Linguistic Basis for Contextualism. **Philosophical Studies**, [s. l.], v. 119, n. 1/2, p. 119–146, 2004. DOI 10.1023/B:PHIL.0000029353.14987.34. Disponível em: <https://search-ebscohost-com.ez94.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=16670367&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 25 nov. 2021.]

UNGER, Peter. **Ignorance: A Case for Skepticism**. Oxford: Clarendon Press, 1975